



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

LS/LS/21.2
999

PORTARIA Nº 92/DPC, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos - NORMAM-10/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as “Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos” – NORMAM-10/DPC, aprovada pela Portaria nº 108/DPC, de 16 dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 19 de abril de 2004; alterada pela Portaria nº 38/DPC, de 28 de abril de 2005, publicada no DOU de 05 de maio de 2005 (Mod 1); e pela Portaria nº 63/DPC, de 16 de junho de 2006, publicada no DOU de 16 de junho de 2006 (Mod 2), conforme abaixo especificado. Esta modificação é denominada Mod 3.

I - No Capítulo 1 - “CONSIDERAÇÕES GERAIS”:

a) No item 0102 - “DEFINIÇÕES”:

1. Na alínea a “Pesquisa”:

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“As atividades desenvolvidas em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) para localização de bens afundados ou soçobrados e, avaliação do achado quanto à viabilidade de sua exploração econômica.”;

2. Na alínea g “Unidade de Conservação”:

2.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais brasileiras com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”;

3. Como alínea h “Águas jurisdicionais brasileiras”:

3.1 Incluir com o seguinte texto:

“Compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e

recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.”;

a) No item 0103 - “LEGISLAÇÃO INTERRELACIONADA”:

1. No parágrafo da alínea c:

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Embora este Decreto nada mencione acerca de cascos soçobrados, tem-se observado que os meios utilizados para pesquisa de bens submersos dispõem, comumente, de instrumentos que podem detectar recursos outros, tais como minerais, o que requer autorização prévia das autoridades competentes.”;

II - No Capítulo 2 - “DA PESQUISA, REMOÇÃO, DEMOLIÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE BENS SOÇOBRADOS NÃO PERTENCENTES À UNIÃO”:

a) No item 0201 - “SOLICITADA PELO PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL”:

1. Na alínea a “Da Pesquisa”:

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“1) Da Autorização

Para obtenção da autorização o proprietário deverá apresentar as CP, DL ou AG os seguintes documentos:

I) Requerimento ao DPC (Diretor de Portos e Costas) , com a informação da área de operação, solicitando a licença para pesquisa do bem, fundamentado no artigo 4º da Lei no 7.542/86.

II) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF se pessoa física ou do contrato social e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) se pessoa jurídica.

III) Relações dos meios (embarcações) disponíveis para execução dos serviços, descrevendo suas características principais. Para cada meio, deve ser informado o nº de vagas disponíveis para embarque de observadores.

IV) Relação de todos os equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, incluindo aqueles especializados para pesquisa, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros e detectores magnéticos, bem como os destinados a execução da faina propriamente dita, tais como “beach-gear”, máquina de reboque, reflutuadores e similares.

V) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma previsto dos principais eventos. Caso a faina envolva atividades de mergulho, tal memorial descritivo deverá ser assinado por mergulhador profissional devidamente habilitado.

VI) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de Unidade de Conservação, como os Parques Marinhos, as Reservas Ecológicas e Biológicas.

2) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados à DPC, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da CP/DL/AG de onde deram entrada.

3) Fiscalização

A realização de pesquisa está sujeita à fiscalização do DN, podendo ser designado um observador para acompanhamento das atividades desenvolvidas. Para tanto, as

embarcações que executam a pesquisa deverão dispor de acomodações para, pelo menos, um observador, com condições compatíveis com o seu nível.

NOTA: Sempre que o (a) permissionário (a) pretender utilizar equipamentos/instrumentos diferentes daqueles relacionados por ocasião da autorização da pesquisa, tal fato deverá ser submetido à DPC, via CP,DL ou AG por onde deu entrada o processo inicial.”; e

2. Na alínea b):

2.1 Na alínea b “Da Remoção, Demolição ou Exploração”:

2.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Para obter autorização o interessado deverá apresentar as CP, DL ou AG a seguinte documentação:

1) Da Autorização

I) Requerimento ao ComDN (Comandante do Distrito Naval) , com a informação da área de operação, solicitando a licença para remoção, demolição ou exploração do bem, fundamentado no artigo 4º da Lei nº 7.542/86.

II) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF se pessoa física ou do contrato social e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) se pessoa jurídica.

III) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.

IV) Relação dos meios (embarcações) disponíveis para execução dos serviços, descrevendo no caso de navios, todos os equipamentos existentes a bordo, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros e detectores magnéticos, bem como os destinados a execução da faina propriamente dita, tais como “beach-gear”, máquina de reboque, reflutadores e similares.

V) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma previsto dos principais eventos .

VI) Parecer do órgão responsável pelo controle do meio ambiente, quando o bem estiver situado em área de Unidade de Conservação, como os Parques Marinhos, as Reservas Ecológicas e Biológicas.

VII) Relação do pessoal técnico que participará das operações.

2) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados ao DN, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da CP/DL/AG de onde deram entrada.

III - No Capítulo 3 - “DA PESQUISA, REMOÇÃO, DEMOLIÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE BENS SOÇOBRAZADOS PERTENCENTES A UNIÃO”:

a) No item 0301 - “DA PESQUISA”:

1. No terceiro parágrafo:

1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa de coisas e bens pertencentes à União, à pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividade de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante o DN.”;

2. Na alínea a “Documentos para obtenção de autorização para pesquisa”:

2.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“O interessado na obtenção de autorização para pesquisa deverá

apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:

1) Requerimento ao DPC (Diretor de Portos e Costas), solicitando autorização para realização de pesquisa numa determinada área (especificar a área em longitude e latitude), identificando a coisa ou bem a ser pesquisado, bem como apresentando seus dados históricos e suas respectivas referências bibliográficas, além da última posição conhecida de tal coisa ou bem.

2) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.

3) Relação dos meios (embarcações) disponíveis para execução da pesquisa, descrevendo suas características principais. Para cada meio, deve ser informado o nº de vagas reservadas para embarque de observadores.

4) Relação de todos os equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros, detectores magnéticos e similares, independente do meio a ser empregado.

5) Relação dos técnicos que embarcarão, com seus currículos e cursos, que os qualifiquem para a atividade.

6) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma dos principais eventos, a ser assinado por perito arqueólogo e mergulhador devidamente habilitado.

7) Planilha de custos, onde serão descritos os custos previstos para as diversas etapas, bem como o custo total.

8) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

9) Documentos que demonstrem experiência em atividade de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras pesquisas realizadas e etc.”; e

3. Na alínea c “Execução da Pesquisa”:

3.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“A pesquisa deverá ser executada no prazo fixado pelo DPC, conforme despacho exarado no requerimento, devendo ser elaborado, mensalmente, e entregue, até o 5º dia útil do mês subsequente, à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área pesquisada, um relatório sobre as atividades desenvolvidas. O relatório mensal deverá conter, necessariamente, um cronograma dos eventos realizados no mês referência; resultados parciais alcançados, incluindo cópias dos documentos e dados obtidos por intermédio da utilização dos equipamentos/instrumentos de pesquisa, com a análise efetuada pelo técnico, e fotos do objeto localizado em seu leito, caso existam; um cronograma-tentativo das atividades a serem realizadas no mês seguinte, bem como os nomes e as características dos meios a serem empregados. Para as pesquisas em “mar aberto”, deverão ser informados, mês a mês, os pontos, em coordenadas geográficas, da derrota a ser percorrida pelo meio, bem como identificar a(s) carta(s) náutica(s) a ser(em) utilizada(s). Quando não ocorrerem atividades de efetiva pesquisa durante o mês a que se referir o relatório, tal situação deve ser justificada.

NOTAS:

- Dependendo dos equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, os dados coletados/processados deverão ser apresentados conforme critérios estabelecidos pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

Sempre que o (a) permissionário (a) pretender utilizar equipamentos/instrumentos diferentes daqueles relacionados por ocasião da autorização da pesquisa, tal fato deverá ser submetido à DPC, via CP, DL ou AG por onde deu entrada o processo inicial.

Após o término da pesquisa, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverá ser entregue à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área pesquisada, o relatório final dos trabalhos executados, contendo o resultado de todas as pesquisas realizadas, a conclusão final a que se chegou e o custo efetivo da empreitada.”;

b) No item 0302 - “DA REMOÇÃO OU DEMOLIÇÃO”:

1. Substituir o texto pelo seguinte:

“A remoção ou demolição, quando não realizadas pela União, correrá por conta e risco do interessado.

Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de remoção ou demolição de coisas e bens pertencentes à União à pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira (observadas as exigências legais para estrangeiro), com comprovada experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante o DN.”;

2. Na alínea a “Documentos para Obtenção de Autorização para Remoção ou Demolição”:

2.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“O interessado na obtenção de autorização para remoção ou demolição deverá apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:

1) Requerimento ao CEMA (Chefe do Estado-Maior da Armada), solicitando autorização para remoção ou demolição do bem soçobrado ou encalhado (citar o nome) e sua localização (especificar coordenadas em longitude e latitude). No caso de remoção, especificar o novo posicionamento.

2) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.

3) Relação dos meios disponíveis para os serviços, descrevendo todos os equipamentos com suas principais características.

4) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma dos principais eventos. No caso de demolição, descrever se a demolição será parcial ou total.

5) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente .

6) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.

7) Cópia do relatório final de pesquisa de que trata o item 0301, com a comprovação do efetivo achamento do objeto pesquisado.

8) Documentos que demonstrem experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras remoções ou demolições realizadas e etc.”; e

3. Na alínea d “Remoção ou demolição por interesse público”:
- 3.1 Na subalínea 2) “Licitação”:
- 3.1.1 No segundo parágrafo:
- 3.1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:
- “Deverão constar no Edital de Licitação, além das determinações da legislação específica da matéria, os seguintes condicionantes:
- o vencedor deverá apresentar documentos que demonstrem experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras remoções ou demolições realizadas e etc;
 - o vencedor deverá demolir ou remover o bem ou a embarcação no prazo determinado pelo EMA;
 - terá preferência na ordem de classificação, desde que ofereça iguais condições para a União, aquele que, autorizado a pesquisar, localizou o bem; em segundo lugar, o antigo proprietário; e
 - do valor líquido apurado em favor do licitante vencedor será deduzida a importância correspondente aos gastos efetuados pelo pesquisador para localização do bem (o valor será estabelecido em função da planilha de custos apresentada para autorização da pesquisa e do relatório final contendo o custo real da pesquisa realizada).”;
- c) No item 0303 - “DA EXPLORAÇÃO”:
1. No terceiro parágrafo:
- 1.1 Substituir o texto pelo seguinte:
- “Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de exploração à pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividade de exploração de coisas ou bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante ao DN.”;
2. Na alínea a “Documentação para obtenção de autorização para exploração”:
- 2.1 Substituir o texto pelo seguinte:
- “O interessado na obtenção de autorização para exploração deverá apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:
- 1) Requerimento ao CEMA (Chefe do Estado-Maior da Armada), com a informação da área de operação, solicitando autorização para exploração do casco (de madeira ou de aço), nome (se conhecido) ou dos bens localizados no ponto de coordenadas (latitude e longitude).
 - 2) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.
 - 3) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.
 - 4) Relação dos técnicos que embarcarão (museólogos, arqueólogos, mergulhadores e similares) com seus currículos e cursos que os qualifiquem para a atividade.
 - 5) Relação dos equipamentos existentes a bordo para a execução da atividade.
 - 6) Memorial descritivo da faina, incluindo uma introdução contendo histórico da coisa ou bem, o método a ser empregado na execução do trabalho, a data de início e término e o cronograma de trabalho com os principais eventos.

7) Planilha de custos, onde serão descritos os custos previstos para as diversas etapas, bem como o custo total.

8) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

9) Documentos que demonstrem experiência em atividade de exploração de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras explorações realizadas e etc.

10) Cópia do relatório final de pesquisa de que trata o item 0301, com a comprovação do efetivo achamento do objeto pesquisado.”;

3. Na alínea c “Ações do EMA”:

3.1 Na subalínea 1) “coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico”:

3.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Os processos relativos a esses bens serão submetidos à análise técnica da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural Documentação da Marinha (DPHCM DPHDM), visando à emissão de parecer sobre a exploração pretendida.”; e

4. Na alínea d “Dos Bens Resgatados e da Partilha”:

4.1 Na subalínea 1) “Das coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico”:

4.1.1 No seu segundo parágrafo:

4.1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

“Esta Comissão de Peritos será designada por Portaria do CEMA e será composta por três representantes da MB indicados pela DPHDM e três membros indicados pelo Ministério da Cultura, com conhecimento nas áreas de arqueologia, história da arte, museologia ou similares. A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes da MB. Na hipótese de não haver consenso entre os membros da Comissão, a decisão será tomada por votação. Em caso de empate na votação, caberá ao Presidente da Comissão a decisão final sobre o assunto.”; e

d) No item 0304 - “PRORROGAÇÃO”:

1. Substituir o texto pelo seguinte:

“Os prazos concedidos para pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens soçobrados poderão ser prorrogados, mediante apresentação de requerimento do interessado à Autoridade competente, desde que devidamente justificados e com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de validade da autorização.

Quando se tratar de solicitação de prorrogação de pesquisa, o requerimento deverá vir acompanhado de informações que demonstrem evolução da pesquisa em desenvolvimento, obtidas com os equipamentos/instrumentos relacionados, além dos documentos numerados de 3) a 7), inclusive, relacionados em 0301. Tais informações deverão constar de uma síntese dos resultados alcançados desde a autorização inicial até a penúltima prorrogação, associadas às datas a que se refere tal período; e do relato dos resultados alcançados, mês a mês, durante a última prorrogação.”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

Vice-Almirante

Diretor

VALFRIDO PASSOS DE FREITAS

Capitão-Tenente (AA)

Encarregado da Secretaria e Comunicações

AUTENTICADO DIGITALMENTE

Distribuição:

Listas: 003, 0031, 0032, 5 e 80.

Interna: DPC-SE02, DPC-02, DPC-04, DPC-05, DPC-10, DPC-15, DPC-20, DPC-21, DPC-211, DPC-212, DPC-213, DPC-22, DPC-23, DPC-24, DPC-50, DPC-60 e Arquivo.

Organizações Extra Marinha: ABS, ABS Group, Abeam, Arcon, Antaq, Autoship, BC, BV, Centronave, DNV, Fenamar, Galena, GL, LR, NK, Petrobras, RBNA, Record, Rina, Sindarpa, Sindario, Syndarma e Transpetro.